

A gestão pedagógica no contexto das ações educativas do MEB em consonância com os princípios da formação integral, da inserção social e da cidadania

Maria de Lourdes de Almeida Silva¹



ENTREVISTADA: **Maria de Lourdes de Almeida Silva**

Esta entrevista foi concedida no MEB/Brasília em agosto de 2022.

Introdução

Com vistas a contribuir para as reflexões sobre a coordenação pedagógica no âmbito das ações educativas implementadas pelo Movimento de Educação de Base (MEB), propomos essa entrevista. Trata-se de trazer à visibilidade alguns aspectos que fundamentam as ações do MEB do ponto de vista da intencionalidade política da entidade frente à necessidade de levantar reflexões sobre os impactos no analfabetismo no Brasil e apresentar as ações educativas que estão sendo desenvolvidas para a reversão desse quadro. Acreditamos que essas ações educativas contextualizadas e pautadas na crítica reflexiva são pontos

¹ Maria de Lourdes de Almeida Silva é Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Atualmente integra o Comitê de Avaliação da Revista Engenharia de Interesse Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e o Grupo de Estudos e Pesquisa Profissão Docente: formação, saberes e práticas (Geppes - CNPq/UnB). É sócia da empresa Studo Consultoria e coordenadora pedagógica do Movimento de Educação de Base (MEB) Brasília. Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4656665490030244>. Contato: marilualmeida@meb.org.br

de relevância sobre a qual a coordenação pedagógica do MEB está ancorada. Desejamos que os elementos aqui apresentados possam fermentar novos pensamentos que nos conduzam a ações voltadas à erradicação do analfabetismo, numa perspectiva democrática e cidadã.

Revista MEB: A educação é um processo de ensino-aprendizagem que acontece ao longo da vida em diferentes contextos. Como você percebe esta afirmação nas atividades desenvolvidas pelo MEB?

Maria de Lourdes: Compreendendo a educação como um processo transformador, um ancoradouro do processo civilizatório, o ato de educar presume desconhecimento, incompletude. Trata-se, portanto, de um processo contínuo, que flui da necessidade da vida em si mesma e, na tessitura das relações humanas, revela a sua essencialidade.

Podemos perceber a fluidez desse processo ao recorrermos às memórias historicamente construídas, uma vez que essa construção se dá por meio da conexão entre os saberes no presente e da reconexão com os saberes herdados da nossa ancestralidade. Trata-se de uma construção que tem na cultura o aspecto fundante que nutre o senso de pertencimento e imprime a identidade de um povo.

Nesse contexto, o ato de educar pode ser compreendido também como uma necessidade humana premente no que diz respeito à vida, uma vez que às memórias somam-se os valores fundamentais morais, culturais, éticos, constructos de uma sociedade. Assim, os saberes são apreendidos, compartilhados e transformados.

Na atualidade, muitos têm sido os questionamentos sobre o modelo de educação vigente nas sociedades. No Brasil, esse debate ganha forma frente às adversidades hoje vivenciadas no que diz respeito ao processo de exclusão a que muitos cidadãos e cidadãs

estão expostos. Este processo limita também o acesso à educação e, por conseguinte, compromete a inserção social desses sujeitos, deixando-os às margens das sociedades.

As políticas voltadas à educação vêm sendo formuladas e implementadas sob a égide do mercado, ou seja, essas políticas priorizam os conhecimentos acadêmicos em detrimento aos saberes advindos das culturas que compõem o mosaico da população brasileira. Se no passado o acesso à educação estava ao alcance somente de uma determinada classe social, ainda hoje nos deparamos com essa dicotomia. Às populações historicamente excluídas dos processos de educação, este modelo tem como consequência o impulsionamento da desigualdade social, da competição, sendo esta muitas vezes justificada pela meritocracia.

É nesse contexto que o Movimento de Educação de Base (MEB) cumpre a sua missão ao “Contribuir para a promoção humana integral e superação da desigualdade social por meio de programas e educação popular libertadora ao longo da vida, servindo sempre e em primeiro lugar os mais pobres (MEB, 2022).

Considerar os aspectos históricos é trazer à tona as memórias sobre a população excluída do direito à educação. E, com base nessa história, o MEB promove esse movimento de interação entre os diversos saberes e se junta a outros movimentos sociais na luta pelas populações mais pobres e marginalizadas.

Por meio da promoção e do desenvolvimento de ações voltadas à alfabetização de jovens e adultos, o MEB estimula o protagonismo e eleva a consciência dos sujeitos por meio de ações pedagógicas que promovem a crítica e evidenciam a realidade que precisa ser compreendida para ser transformada. Esse é um movimento que contribui para o despertar dos sujeitos para a sua capacidade de aprender, de refletir e de se tornarem agentes de mudança na sua própria história.

Um modelo de educação que tem por princípio a elevação da consciência dos sujeitos sobre si mesmos é uma educação que liberta. É este um dos preceitos no qual se ancoram as ações educativas do MEB. Uma educação libertadora traz o educando à centralidade das ações pedagógicas e, com isso, faz com que esse sujeito se reconheça como cidadão, consciente da sua importância nesse processo.

É nesse território de lutas que o MEB se faz presente e se projeta na linha de defesa de direitos no campo da Educação Popular. Ao promover a alfabetização para

jovens e adultos o MEB denuncia o processo excludente das populações às quais vem sendo historicamente negado o direito ao acesso à educação.

Ao mesmo tempo, o MEB anuncia as possibilidades de uma educação libertadora como uma forma de trazer à visibilidade essa população excluída, uma população que constrói o país com a sua cultura, com a sua força de trabalho, mas que não tem acesso ao aprendizado para ‘construir’ o seu próprio nome.

O ato de denunciar e de anunciar integram a pedagogia utópica de Freire (2018) a qual preceptua que o ato do anúncio e da denúncia tem de ser um ato de conhecimento da realidade denunciada enquanto ação cultural para a libertação. “Não há anúncio sem denúncia, assim como toda denúncia gera anúncio. Sem este, a esperança é impossível” (FREIRE, 2018, p. 48).

A educação nessa concepção libertadora requer esperança. De fato, o ato de esperar é um exercício que exige, sobretudo, o sentido da luta sobre a qual se debruça. A esperança anunciada por Freire presume consciência histórica e reflexão crítica sobre a realidade. Mas me contempla também o que encontro nas palavras do Pe. Gabriele Cipriani, Coordenador de Projetos do MEB: “Nós temos que organizar a nossa esperança”.

Revista MEB: Sabedores de que a educação está intrinsecamente ligada à política, conforme Rousseau, e que na identidade do MEB este aspecto é de fundamental importância, como você descreveria esse compromisso político na prática pedagógica do MEB?

Maria de Lourdes: Sim, Rousseau (1992) nos diz que a vida é muito mais do que apenas respirar, mas sim a vida é agir, é fazer uso das nossas faculdades e assim, darmos sentido à nossa existência. E é nesse cenário da ação, do uso das nossas faculdades que o ato de educar também se torna uma ação política.

Se compreendermos a palavra política na sua etimologia, ou seja, *politeia*, que em grego significa todos os procedimentos relativos às cidades, às sociedades, encontramos sentido nessas palavras de Rousseau, pois, de fato, a vida requer ação e, no âmbito da política, toda e qualquer ação se dá em um cenário tensionado por interesses diversos.

Este pode ser um exercício democrático, compreendendo a democracia como uma forma sustentada por uma organicidade que permite a participação dos sujeitos, sendo esse um exercício de cidadania. Por outro lado, um pensamento democrático pode estar também imbuído pela necessidade de realçar um

modo de vida, um contexto em que a democracia seja uma conduta da vida, constituída na relação entre as pessoas.

Seja do ponto de vista da organicidade constituída, seja do ponto de vista a partir de um modo de vida, pensar e agir democraticamente deve também compor o cenário das ações educativas. Democracia pressupõe autonomia de pensamento, liberdade para a proposição, expressão e escuta de ideias num contexto dialógico. Esse pode ser um cenário favorável para a elevação das discussões sobre as políticas sociais frente à necessidade da promoção da cidadania.

E é nesse cenário dialógico e democrático que precisa se dar a discussão sobre as políticas públicas voltadas à educação, uma vez que refletir sobre as ações que permeiam a formulação e implementação das políticas educacionais, nesse contexto, é definir o projeto de país. E este projeto precisa estar calcado nos princípios da participação cidadã, no respeito à pluralidade de pensamento, nos Direitos Humanos, sendo esses alguns dos princípios que potencializam a democracia.

Partindo desses princípios, os debates que permeiam as políticas educacionais precisam estar imbuídos do princípio de que educar um povo é uma decisão política. A positivação do direito à educação para todos os cidadãos e cidadãs do nosso país, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, requer ações voltadas à construção de uma sociedade pautada na democracia, na igualdade de direitos, numa perspectiva cidadã.

Em Freire (1991, p. 1) encontramos que “Educar é um ato político”. No entanto, é preciso reconhecer também como um ato político a negação do acesso à educação. E essa negação do direito à educação tem sido um ato historicamente presente no campo das políticas educacionais no Brasil.

Compreendendo as políticas como teias interconectadas que amparam e que ao mesmo tempo são estratégicas para a implementação e para a positivação dos direitos previstos nas leis, precisamos levantar questões que dizem respeito ao como esses direitos voltados à educação têm sido tratados no Brasil, sobretudo na sua história recente.

Nessas últimas décadas, mesmo diante dos avanços ocorridos em termos de abertura democrática, ainda nos deparamos com altos índices de analfabetismo. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019 indicam que a taxa de analfa-

betismo das pessoas de 15 anos ou mais é de 6,6%, o que corresponde a 11 milhões de pessoas.

É grave também a situação em que se encontra o grupo populacional de maior idade. O documento aponta que quanto mais velho o grupo populacional, maior é a proporção de analfabetos, sendo que, no grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa foi de 18,0%, o que perfaz um total de seis milhões de pessoas.

Considerando a educação como um direito e também como uma estratégia para a inserção social, esses dados revelam a dura realidade em que cidadãos e cidadãs, sujeitos de direitos, permanecem ainda sem a positivação do direito básico que diz respeito ao aprender a ler e a escrever.

Não cabendo aqui uma discussão sobre o conceito de alfabetização, resalto que cabe ao Estado garantir o acesso à escolarização, mas que essa é também uma luta que diz respeito a toda sociedade.

O processo da decodificação de sinais linguísticos definidos e exigidos socialmente, associados à compreensão de mundo, qualifica e compõe a identidade dos sujeitos. E esses, cientes da importância do seu papel social, promovem um movimento de aprendizado e da necessidade do compartilhamento desses aprendizados, o que contribui para o fortalecimento da consciência crítica e do desejo de transformação das realidades.

Portanto, negar o direito à educação é também invisibilizar o indivíduo como cidadão, é sujeitá-lo a viver à margem de uma sociedade que se ancora nos imperativos da lógica do capital. E é essa a lógica que estimula o consumo desordenado, a competição e a meritocracia, a qual se pauta no discurso de que as oportunidades são iguais para todos.

Esse discurso é contrário ao que vivenciamos hoje nas sociedades, haja vista o aumento da pobreza e o abismo social que escancara a desigualdade e estimula as violências em todas as suas formas de manifestação. E são as populações mais empobrecidas e desfavorecidas em relação ao acesso às políticas sociais e educacionais as mais afetadas nesse cenário.

É nesse contexto, com vistas também a este enfrentamento, que o Movimento de Educação de Base (MEB) vem atuando nesses últimos 61 anos. Ao levantar a sua bandeira, cujo lema é Saber, Viver, Lutar, o MEB avança no fortalecimento da cultura e da Educação Popular como forma de luta para a reversão do quadro de analfabetismo no Brasil.

Ressalta-se, nesse contexto, a metodologia definida como força motriz para as ações educativas que permeiam os processos pedagógicos voltados à alfabetização de jovens e adultos, denominada 'Ver, Julgar, Agir'. Tendo como aspecto fundante uma concepção progressista, libertadora, centrada nas ideias de Paulo Freire, este caminho metodológico se apresenta também como um posicionamento político, norteador das práticas pedagógicas voltadas à Educação Popular.

Esta proposição metodológica vem sendo o fio condutor que perpassa pelas ações pedagógicas que permeiam os processos de formação propostos pelo MEB. Quer seja nas diretrizes definidas para a formação dos educadores/alfabetizadores, quer seja nos fazeres docentes, é este o fio que vem conduzindo à materialidade as ações educativas promovidas pelo MEB.

Os educadores/alfabetizadores são os atores que cumprem um papel fundamental no âmbito dessas ações. Ser um educador popular requer compromisso com a mudança e a convicção de que o seu trabalho pode promovê-la. Alfabetizar um jovem, um adulto, é abrir caminhos até então obstaculizados por ações políticas desconectadas com a realidade desse público.

Além do alcance dos objetivos voltados ao processo de alfabetização, o MEB tem o compromisso com os educandos, para além do aprendizado de ler e de escrever, de impactar a vida desses sujeitos do ponto de vista da inserção social e da cidadania.

É por meio desse compromisso que o MEB define como prioridade que os sujeitos se reconheçam como protagonistas no seu processo de educação, cumprindo assim o seu papel como promotor de uma educação libertadora.

Assim, a metodologia Ver, Julgar, Agir imprime a sua intencionalidade, uma vez que prioriza as experiências do educando e tem o seu ponto de partida no contexto sociocultural em que este está inserido, trazendo-o à centralidade do processo.

As estratégias postas para este fim se pautam na proposição de rodas de conversa, momento em que educador e educandos exercitam o 'ver', ou seja, este é o momento da análise da realidade em que vivem. Parte-se daí para o levantamento dos problemas que afligem a comunidade na qual estão inseridos e, a partir desse levantamento, exercita-se o 'julgar'.

É nesse momento que se define o problema a ser estudado e este dá origem ao tema gerador. O 'agir' acontece no desenvolvimento dos aspectos teórico-

-práticos em sala de aula, com base na palavra geradora eleita pelos educandos.

A prática cotidiana do 'Ver, Julgar, Agir' abre possibilidades para a ampliação da visão dos educandos sobre o mundo, sobre a realidade em que vivem e sobre as possibilidades de transformá-la. Contribui também para a elevação do conhecimento dos educadores e os qualifica para uma atuação docente pautada na reflexão crítica e mais conscientes do seu papel social. Preparar educadores qualificados para serem agentes de transformação social por meio de uma ação educativa voltada ao direito e à cidadania também é uma intencionalidade política do MEB.

Revista MEB: Comente sua experiência como coordenadora pedagógica do MEB.

Maria de Lourdes: Parafraseando Rubem Alves:

Eu diria que os educadores são como as velhas árvores. Possuem uma fase, um nome, uma "estória" a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma "entidade" sui generis, portador de um nome, também de uma "estória", sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo pra acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal.

Rubem Alves

Dialogar sobre a minha experiência no MEB me remete à metáfora 'velhas árvores' nas palavras de Rubem Alves, pois é nesse espaço invisível e denso e nesse fazer artesanal que encontro como educadora.

Penso nas experiências vividas nesse espaço da Educação Popular, um espaço muitas vezes invisibilizado no contexto das políticas públicas sociais e educacionais, mas que se torna visível a partir do trabalho cotidiano, artesanal, feito a muitas mãos. Trata-se de um fazer ligado a uma estética que abre espaço para o diálogo, para a reflexão crítica e para a ação que se torna materializada por meio da metodologia Ver, Julgar, Agir.

Dessa forma, atuar no MEB é assumir uma postura política diante da situação de exclusão a que são condenados/as os/as cidadãos e cidadãs desse país, que mesmo num contexto de regime democrático, veem cerceado o seu direito à educação e, consequentemente, à inserção social, conforme já dialogamos anteriormente.

Sobre a minha atuação como coordenadora pedagógica, trago um pouco das experiências vivenciadas no desenvolvimento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (ProAja-PI). Trata-se de um programa de grande dimensão, que assumiu o desafio de alfabetizar um grande número de pessoas no estado do Piauí.

Numa breve contextualização sobre a situação em que se encontra esse estado em termos de população não alfabetizada, encontramos nos dados elencados pela PNAD (2019) que o Piauí é, atualmente, o estado federativo que apresenta o mais alto índice de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais no país: 16,6%. O Piauí figura também entre os estados brasileiros que não alcançaram as metas definidas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Frente a esta problemática, por meio da Lei nº 7.497, que dispõe sobre a execução de ações voltadas para a redução do analfabetismo no estado do Piauí, implementou-se o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (ProAja), cujo objetivo é alfabetizar 200 mil jovens entre os anos de 2021 e 2022.

Com vistas a esse desafio, o MEB vem desenvolvendo as ações do ProAja em alguns municípios, comunidades do Piauí, tendo como base administrativa as cidades de Teresina e Parnaíba.

Para esse trabalho, conta com uma equipe composta por 2 coordenadoras regionais, 6 supervisores e 49 coordenadores de turmas, sendo esses coordenadores, os atores que estão de forma mais cotidiana junto aos educadores.

As ações voltadas a esses atores são coordenadas pela Equipe Pedagógica Nacional do MEB – Brasília, composta por uma coordenadora pedagógica junto a três educadoras.

Revista MEB: Frente ao desafio de trazer à concretude os processos pertinentes aos aspectos didáticos pedagógicos que permeiam a ação educativa, como essa gestão pedagógica vem sendo desenvolvida?

Maria de Lourdes: Essa gestão vem sendo desenvolvida de forma compartilhada, com ações pedagógicas definidas pela Equipe Pedagógica do MEB Nacional para o processo de monitoramento e de avaliação das ações do ProAja-PI, que vêm sendo desenvolvidas com base em alguns eixos. São eles:

1. Processo de formação inicial e continuada dos educadores
2. Monitoramento das ações junto aos supervisores
3. Monitoramento das ações junto aos coordenadores de turmas

4. Monitoramento das ações dos resultados alcançados pelos educandos

O primeiro diz respeito ao processo de formação inicial dos educadores, o qual foi diretamente impactado pela propagação da contaminação provocada pelo coronavírus. Inicialmente planejada para o formato presencial, a formação inicial se deu no formato virtual, momento de grande desafio que exigiu a adequação do planejamento para este o formato.

É importante dialogarmos aqui sobre uma nova necessidade de alfabetização com a qual estamos lidando na atualidade: a alfabetização digital. Este foi um grande desafio para os formadores do MEB e para os educadores que, diante do imprevisto, não estavam preparados para um processo formativo mediado pelas tecnologias.

Esta situação revelou o quanto precisamos avançar na questão do uso das tecnologias no contexto educacional. Esta é uma questão que demanda não apenas o conhecimento dessas ferramentas tecnológicas, mas também de rede de internet estável e equipamentos adequados.

Mesmo diante desses desafios, a formação foi avaliada como satisfatória por parte dos educadores, que muito se empenharam para o alcance dos objetivos definidos para este processo. Outras formações seguiram, ainda no formato virtual, nos meses de março e abril.

No mês de maio, num cenário de grande mobilização por parte do MEB e dos atores envolvidos no programa, foi realizada uma formação no formato presencial. O contato com os atores envolvidos no programa foi essencial para o avanço dos processos pedagógicos.

Na avaliação dos educadores e da equipe de formadores do MEB, esta formação propiciou uma maior proximidade e interatividade entre educadores, coordenadores, supervisores, equipe pedagógica nacional do MEB e essa interação foi imprescindível, uma vez que a força da presença fortalece as relações.

A formação continuada vem ocorrendo também por meio dos Plantões Pedagógicos, realizados quinzenalmente. Esses encontros reúnem educadores e coordenadores de turmas, sob o monitoramento dos supervisores e da equipe pedagógica nacional MEB.

Outra ação que integra o processo de formação da equipe pedagógica está ligada à oferta de cursos gratuitos, no formato EaD, sendo eles, 'Direitos Humanos e os fundamentos da Educação Popular', 'Mediação de Conflitos e Comunicação Não Violenta – CNV', em par-

ceria com a Universidade Católica de Brasília, Projeto Esperançar.

Em parceria com a UnB/FE, CEDEP/MEB/GENPEX, no formato híbrido, está sendo realizado o curso 'Práticas Pedagógicas em Educação de Jovens, Adultos e Educação Popular'.

O segundo e o terceiro eixo dizem respeito ao monitoramento das ações dos supervisores e dos coordenadores de turmas. Para este público são realizados atendimentos virtuais, semanais e quinzenais, respectivamente, além de registros em ferramenta apropriada.

Por meio desses encontros a equipe pedagógica nacional se coloca à disposição, sobretudo, para a escuta desses atores. Essa organicidade nutre os fluxos de comunicação e garante a interação constante, fatores imprescindíveis no contexto do programa.

O quarto eixo a ser destacado trata do processo de monitoramento dos resultados alcançados pelos educandos. Considerando a necessidade do conhecimento e da prática acerca das novas tecnologias, conforme já mencionei, o MEB desenvolveu um aplicativo para este fim. Por meio dessa tecnologia, acessamos os relatórios avaliativos do processo de aprendizagem dos educandos e os relatórios de controle da frequência.

Esta é também uma forma como o MEB se coloca diante da realidade atual. A utilização dessa tecnologia tem gerado também um processo de formação contínua, que junto a outras tecnologias vêm sendo utilizadas no cotidiano das ações pedagógicas do ProAja-PI.

Eu considero essa utilização um exercício importante que contribui para a elevação do nível de conhecimento e para a melhor qualificação da equipe pedagógica que atua no programa, além de também contribuir para a democratização do uso dessas ferramentas e a inserção da equipe pedagógica no processo da alfabetização digital.

Revista MEB: Diante desse contexto das ações pedagógicas mediadas pelas novas tecnologias, como a coordenação pedagógica avalia essa questão?

Maria de Lourdes: O ProAja é um programa inovador e audacioso e o alcance das metas definidas para esta ação educativa requer, sobretudo, uma gestão compartilhada dos processos que promova e facilite o diálogo e a interação entre os atores que integram as equipes de trabalho.

Ciente de que todos os processos nos quais estamos inseridos, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, são passíveis do surgimento de situações que podem tanto restringir como também potencializar o desenvolvimento dos processos, eu proponho uma avaliação sob o prisma desses dois elementos.

A intenção não é de propor uma análise profunda acerca desses elementos e sim contribuir para as reflexões sobre as práticas pedagógicas, principalmente no que diz respeito a uma gestão pedagógica mediada pelas novas tecnologias.

Compreendendo a Educação Popular como um espaço que prioriza ações em territórios com maiores índices de exclusão, e trabalhar nesses contextos exige adaptações, dada a falta e/ou a escassez desses recursos tecnológicos.

Esse constitui um elemento que tem causado algumas restrições no desenvolvimento das ações da coordenação pedagógica do ProAja, uma vez que, cotidianamente, precisamos interagir com grupos diversos e em comunidades distintas. E é nesse espaço no qual vem se dando o processo de diálogo entre as equipes que integram o ProAja.

Outro elemento restritivo que aponto diz respeito à necessidade de uma atenção voltada aos aspectos relacionais entre os profissionais que integram esse grupo. O olhar atento sobre essa questão vem mobilizando a equipe para o cuidado sobre a forma como estamos nos comunicando. Como ação interventiva, essa temática foi desenvolvida junto aos educadores durante a formação presencial e por meio de um curso gratuito em EaD, conforme já mencionei ao longo do processo de formação continuada.

As chamadas *Fake News* também têm sido objeto de atenção e, para tanto, temos exercitado a reflexão crítica com base na análise do contexto, e proposto ações preventivas com vistas a elevar o nível de consciência das equipes para um melhor posicionamento diante dessa questão.

Quanto às potencialidades, destaco a importância dessa política voltada à alfabetização de jovens e adultos implementada pelo governo do Piauí. Trata-se de uma política que cumpre a ousadia de promover o acesso ao mundo letrado a essa população analfabeta.

Essa ousadia se materializa também no MEB que, em consonância com os princípios de cidadania e de formação dos sujeitos na sua integralidade, assume esse compromisso frente ao estado do Piauí e frente à sociedade brasileira.

E é nesse contexto que o MEB imprime no seu projeto educativo a Jornada Comunitária, ação que promove a inter-relação entre teoria e prática e que envolve educador, educando e comunidade. Essa é uma ação que visibiliza o processo de aprendizagem dos educandos, contribuindo assim para o processo de inserção social desses sujeitos. No entanto, no contexto do Proaja, não foi possível realizar essa etapa do projeto educativo, mas o MEB segue orientando e estimulando educadores e educandos para que assumam o seu protagonismo frente ao processo de aprendizagem a fim de que esse seja um fomento à participação social dos sujeitos de forma democrática e cidadã.

Ainda nesse cenário, aponto a força motivadora dos educadores e das educadoras e de toda equipe pedagógica que, diante dessa ação educativa desafiadora, cumprem essa honrosa missão de contribuir para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Ao assumirem esse papel, assumem também o compromisso frente às populações excluídas, com vistas ao reconhecimento dos seus saberes e da sua realidade, para elevação do nível de escolarização para inserção social, para a cidadania e para o fortalecimento da democracia. Assim como todo grande projeto que visa a inserção social, cientes das lacunas que são pertinentes a esses processos, o MEB vem se posicionando de forma crítica, fazendo-se presente e, sobretudo fomentando o diálogo com o poder público.

Avaliar as ações propostas pelo ProAja integra os processos pedagógicos e, para além disso, integra o compromisso e a responsabilidade do MEB de propor a crítica reflexiva a partir dos impactos desses processos na vida dos educandos. Afinal, a ação educativa precisa cumprir a tarefa de elevar o nível de escolarização, de inserção e de promoção social desses indivíduos.

Aliás, Educação e Democracia é a temática chave deste veículo informativo, temática que precisa estar cotidianamente nas arenas dos debates sobre a necessidade e a urgência das transformações que precisam ocorrer no campo das políticas sociais e educacionais para reversão do quadro de analfabetismo no Brasil.

Educação Popular é mobilização social que legitima, exercita e fortalece a ato de Educar para a Democracia.

Saiba mais sobre Educação Popular. Faça parte desse movimento por educação e cidadania. Acesse as redes sociais:

<https://www.meb.org.br/meb/>
<https://www.instagram.com/mebsocial/>
<https://www.facebook.com/movimentodeeducacaodebase>

Cursos gratuitos em EaD:
Educação Popular e os Direitos Humanos
[Educação Popular e Direitos Humanos - Curso Livre Gratuito \(catolica.edu.br\)](https://www.catolica.edu.br/cursos/educacao-popular-e-direitos-humanos-curso-livre-gratuito)

Mediação de Conflitos e Comunicação Não Violenta:

<https://ead.catolica.edu.br/esperancar/mediacao-de-conflitos-e-cnv>

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua 2019**. Disponível em: PNAD_Educacao_2019.indd (ibge.gov.br). Acesso em: 16 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. A educação é um ato político. **Caderno de Ciência e Educação**. Brasília. FINEP, nº24, p. 2-3, 1991. Disponível: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1357>. Acesso em: 16 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. MEB. Disponível em: <https://www.meb.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.